

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO, AO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, AO ILMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LICITAÇÕES DR. ERIC RODRIGO PETTENAN**

Ref. Tomada de Preços nº 006/2022

A licitante **GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita no C.N.P.J. nº 11.264.133/0001-91, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 834 B-1, Centro da cidade e comarca de Pontes e Lacerda no Estado de Mato Grosso, CEP 78.250-00, através de seu procurador devidamente vinculado nos autos administrativos em epígrafe o Dr. Gustavo Vieira do Nascimento de Lima, advogado OAB/MT 29846/O, CPF/MF 026.743.101-54, com endereço profissional na Avenida Américo Mazette, nº 201, bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade e Comarca de Pontes e Lacerda no Estado de Mato Grosso, CEP 78.250-000, e-mail gustavo.vieira.adv@hotmail.com, Telefone 65 999284002, comparece perante esta egrégia Comissão Permanente de Licitação, para propor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Com fulcro no Item 10.1 do edital em epígrafe que prevê que das decisões da Comissão de Licitação Caberão recursos dirigidos a autoridade competente de acordo com o art. 109 da Lei nº 8.666/93, observado o item 10.2 que prevê o efeito suspensivo dos atos processuais até que haja decisão exarada pela comissão julgadora, respeitando o prazo legal e processual de 05 dias úteis para sua apresentação.

Neste sentido, havendo a tempestividade necessária ao cabimento e as razões de mérito administrativo a seguir expostas, pedimos acolhimento do presente recurso para que no mérito possa julgar pela reforma decisão administrativa que **HABILITOU a licitante: STARK CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 22.278.118/0001-19;**

Visto que esta concorrente não atendeu aos requisitos necessários a sua HABILITAÇÃO no presente certame, pelo não atendimento objetivo dos seguinte itens do ANEXO I – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, vejam:

- 1. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DO SÓCIO PÉRICLES COUTO ROCHA:** em conformidade com o item 4.8 do presente edital, vez que uma cópia autenticada não pode substituir o documento original, indispensável para verificação e autenticação do agente público;
- 2. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO PARA O SÓCIO ANTONIO FURTADO DE MENEZES:** em conformidade a Letra I do item 1.habilitação jurídica – Anexo I do presente Edital, vez que o Contrato Social apresentado consigna a representação CONJUNTA com demais sócios, não havendo previsão de sua representação individual, desta forma não pode este representar a sociedade de forma para sua habilitação por ausência de PODERES para isoladamente assumir tais compromissos, devendo a fase de HABILITAÇÃO ser considerada com os documentos que a compõe sem considerar os documentos de proposta que não foram abertos e nem podem possuir o condão de suprir a ausência do poder de outorga, pois devendo ser inabilitada, deve ser devolvida a proposta que neste caso não tem efeitos nem pode influenciar a decisão do nobre julgador;

Sobre os itens acima expostos cumpre-nos, destacar as seguintes razões de fato e de direito:

AUSENCIA DE DOCUMENTOS DO SÓCIO PÉRICLES COUTO ROCHA

O presente edital em seu Item 4.8, determina o seguinte:

4.8 Todos os documentos necessários à habilitação serão retidos, podendo ser apresentados em original, fotocópias autenticadas por tabelião de notas, nos termos do inciso V do art. 7º da Lei nº. 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, por publicações em órgão da Imprensa Oficial, ou em **cópias simples, desde que sejam apresentados, fora do envelope e imediatamente, os originais para a conferência e autenticação pela Comissão. Caso não sejam apresentados os originais para conferência com as cópias não autenticadas, estas serão tidas como não apresentadas, ocasionando, por consequência, a inabilitação da licitante.**

Egrégia comissão julgadora, observem acima que o Edital proposto não prevê a AUTENTICAÇÃO DE CÓPIA feita por outra cópia – mesmo que esta for autenticada, que nestes casos deveria ter juntada a cópia autenticada em ORIGINAL o que não ocorreu;

Vislumbramos, que inexistente previsão de que o documento original seja substituído para cópia para autenticar outras vias;

Os limites da atuação da comissão processante deve se limitar aos requisitos previstos em edital, que designa que os documentos serão autenticados pelo servidor com a apresentação dos originais;

O documento de identificação do sócio Péricles Couto Rocha apresentado para habilitação deve ser IMPUGNADO sob vistas da força normativa do instrumento convocatório, visto que não se apresentou documento original para sua autenticação;

O Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº 801/2004 – Plenário, expressamente prediz o seguinte:

[...]Ora, para que servidor possa atestar a autenticidade de cópias de documentos devem ser disponibilizados necessariamente seus originais, justamente uma das formas de apresentação de documentos prevista no questionado item 4.5 do edital da referida licitação.

Salientamos, que o concorrente poderia ter juntado a referida cópia autenticada no processo, mas não fez, preferindo incorrer no erro de manter uma autenticação de cópia através de outra cópia, desprestigiando as regras do edital, e por isto deve se INABILITADO, vez que não apresentou documento nos termos exigidos no edital convocatório;

AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO PARA O SÓCIO ANTONIO FURTADO DE MENEZES:

Como bem resumimos supra, constamos que a sociedade empresarial STARK CONSTRUTORA LTDA, determina em sua cláusula de administração que os atos afetos a sociedade devem ser realizados em conjunto pelos seus sócios;

Não havendo previsão expressa para que possam representar separadamente a sociedade, neste sentido, os documentos de habilitação ofertados, e assinados por apenas um sócio, deveriam contar com PROCURAÇÃO com outorga dos demais sócios para se habilitar no presente certame, sendo descabida a presunção de conhecimento, vez que regra do edital através da letra “i” do item 1.HABILITAÇÃO JURIDICA, prevê a juntada de instrumento de mandato quando for necessário, o que não se fez, assim destacamos para elucidar:

i) Se for o caso, procuração por instrumento público ou particular, esta última com firma reconhecida, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos de habilitação e propostas, além de poderes especiais para renunciar a direitos em geral em nome do outorgante, bem como quanto à interposição de recursos;

Comprova-se no texto contratual juntado que a administração da sociedade será de forma conjunta, não havendo previsão expressa para que se possa agir em SEPARADO, sem contrariar cláusula de administração contratual, neste sentido precisamos destacar um percurso pelo Código Civil Brasileiro (2002) quando este regulamenta a constituição da sociedade a investidura de poderes aos sócios:

Art. 997. A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

[...]

VIII - se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Parágrafo único. É ineficaz em relação a terceiros qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento do contrato.

Senhores vejam que será ineficaz qualquer ato proposto ou firmado que contrarie a cláusula de administração contratual, que no caso em tela prevê a administração em conjunto, o que não pode ser contrariado, sob pena de violação significativa da ordem legal;

Destarte o legislador expressamente expressou sobre limites da administração conjunta quando no CCB (2002) determinou:

Art. 1.014. Nos atos de competência conjunta de vários administradores, torna-se necessário o concurso de todos, salvo nos casos urgentes, em que a omissão ou retardo das providências possa ocasionar dano irreparável ou grave.

Nobres julgadores ao serem questionados na sessão sobre o fato dos termos de HABILITAÇÃO não poderem estar assinados por apenas um sócio de sociedade CONJUNTA, esta comissão decidiu o seguinte:

“[...] no contrato social em vigor consta que a administração da sociedade caberá ao sócio Antônio Furtado de Menezes. Todavia, neste caso específico o sócio Péricles Couto Rocha é o engenheiro civil responsável técnico indicado como Responsável Técnico, e que os documentos técnicos que compõe a proposta deverão ser obrigatoriamente assinados pelo responsável técnico sob pena de desclassificação.”

Prezados a decisão supra viola a ordem processual, vez que o que se analisa neste momento é a fase de habilitação, que deve ser perfeita e completa nos termos do edital, sob pena de preclusão do direito de apresentação da proposta;

Não cabe neste momento julgar classificação ou não de proposta, visto que os critérios objetivos que devem ser cumpridos neste momento são estritamente vinculados a fase de habilitação da proponente, ou seja o processo formal para VALIDAÇÃO da proposta CARECE DE HABILITAÇÃO NOS TERMOS DO EDITAL QUE O ANTECEDA;

É de verificar que sobre este tema dissertou o Tribunal de Contas da União, quando julgou pela devolução das propostas lacradas quando não ocorrer a devida e indispensável habilitação, vejamos:

Acórdão 409/2009 Primeira Câmara

Proceda a devolução das propostas fechadas dos licitantes inabilitados, em cumprimento ao art. 43, inciso II, da Lei no 8.666/1993.

Não há que se olvidar-se que o Acórdão supra, deixa evidente que os dados da proposta não podem ser valorados neste momento, que em caso de não atendimento dos requisitos de habilitação DEVE ser devolvida a proposta sem sua apreciação;

Cumpra-se assinalar que o texto da sessão registra expressamente que o licitante não pode responder isoladamente para fins de habilitação, como bem se registrou a termo e comprova-se nos autos do processo administrativo vinculado;

Em virtude dessas considerações, é preciso dizer que mesmo se fosse aberta a proposta de preços nestas condições seria contrariadas as regras legais processuais, pois a assinatura da proposta não substitui a fase processual que precede sua apreciação;

Colabora para a ausência de procuração de outorga para representação em nome dos demais sócios, os documentos juntados no processamento da CONCORRENCIA PÚBLICA 02/2022 processada e julgada no dia 06/07/2022, na qual, a empresa STARK juntou nos autos procuração competente expedida posterior a sessão da Tomada de Preços 06/2022 demonstrando não haver condição preexistente da outorga necessária a habilitação societária;

Posto estas razões cumpre o presente recurso buscar da autoridade competente melhor juízo sobre os fatos reportados, para que possam em melhor razão deduzir direito:

1. ACOLHER E JULGAR O PRESENTE RECURSO;
2. REFORMAR A DECISÃO QUE HABILITOU A LICITANTE STARK CONSTRUTORA LTDA, PARA DECLARÁ-LA INABILITADA POR NÃO CUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL CONVOCATÓRIO CONFORME FUNDAMENTADO ACIMA;

Pontes e Lacerda MT, 06 de julho de 2022;

Assinado digitalmente por:
GUSTAVO VIEIRA DO NASCIMENTODE LIMA
CPF: 026.743.101-54
Certificado emitido por AC VALID BRASIL v5
Advogado OAB/MT 29846/O
Data: 06/07/2022 00:22:00 -04:00

GMN EMPREENDIMENTOS EIRELI

C.N.P.J. nº 11.264.133/0001-91



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: P2D79-4FP2G-7DH3V-98CY8

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ GUSTAVO VIEIRA DO NASCIMENTODE LIMA - Advogado OAB/MT 29846/O (CPF 026.743.101-54) em 06/07/2022 01:22 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/P2D79-4FP2G-7DH3V-98CY8>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>